

A HISTORIOGRAFIA GOIANA ENTRE DOIS TEMPOS: GOIÁS E GOIÂNIA

THE GOLÁS HISTORIOGRAPHY BETWEEN TWO TIMES: GOLÁS CITY AND GOIÂNIA

LA HISTORIOGRAFIA GOIANA ENTRE DOS TIEMPOS: LA CIUDAD DE GOLÁS Y GOIÂNIA

Noé Freire Sandes¹
Cristiano Alencar Arrais²

Resumo: A curta distância entre as cidades de Goiás e de Goiânia demarcou uma diferença na representação da temporalidade regional que foi transferida para a historiografia. A construção de uma nova capital resultou na desconstrução da antiga, abrindo, entretanto, espaço para uma negociação entre presente e passado por meio da valorização do patrimônio histórico e da memória regional.
Palavras chaves: mudança da capital, Goiás, Goiânia, memória, historiografia.

Abstract: The short distance between the cities of Goiânia and Goiás demarcated a difference in the representation of regional temporality which was transferred to historiography. The construction of a new capital resulted in the deconstruction of the old capital, but opened up a space for negotiation between past and present through the recovery of historical heritage and regional memory.

Keywords: transference of capital, Goiás, Goiânia, memory, historiography.

Resumen: La pequeña distancia entre las ciudades y Goiânia y Goiás apostó una diferencia en la representación de la temporalidad regional que fue transferida a la historiografía. La construcción de una nueva capital resultó en la desconstrucción de la vieja, creando sin embargo, un espacio para la negociación entre el pasado y el presente a través de la valorización del patrimonio nacional y de la memoria regional.

Palabra-clave: transferencia de la capital, Goiás, Goiânia, memoria, historiografía.

¹ Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG), Goiânia, GO, Brasil, E-mail: noe-sandes@uol.com.br

² Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG), Goiânia, GO, Brasil, E-mail: cpaarrais@gmail.com

Um exame sobre a semântica historiográfica: memória-decadência, história-ruptura

A construção de Goiânia redesenhou a vida social de Goiás. Refez a percepção do território e da própria historicidade local no momento em que o Estado estava envolto na crise política decorrente da Revolução de 1930. Em Goiás, assim como no Brasil, a revolução, em sua primeira fase, pode ser considerada uma disputa entre oligarquias. O desdobramento do tempo indicaria a emergência de um processo de modernização que em Goiás ganhou fôlego com a nova capital. Goiânia, a “filha mais moça do estado”, era concebida em ventre externo, distante das tradições formadoras do mundo goiano.³ Em seu nascedouro, Goiânia foi pensada com ares de modernidade, com o claro intuito de marcar a diferença com a antiga capital e com a identidade da região. A filha mais moça do Estado, com o brilho de sua adolescência, rejeitou a autoridade dos mais velhos e requisitou para si o espaço capital. Ainda assim, como se constatará por meio da leitura deste artigo, o “processo de substituição” do antigo pelo novo não foi um acontecimento linear, tampouco se firmou com fácil aceitação a diferença abismal, argumento retórico, entre as duas cidades. Mais que um conflito de gerações, as duas capitais se envolveram em uma disputa de afirmação que, por fim, resultou em um novo enlace. Em nossa perspectiva, além do registro da oposição discursiva, marcada por compromissos políticos, interessa acompanhar a trajetória das duas capitais – separação e reencontro – inscrita na intermediação entre a memória e a história.

A cidade, concebida para se opor à velha capital, carregava certa aversão ao estilo colonial. O batismo da nova capital ensejou um concurso promovido pelo jornal *O Social*. Entre os muitos nomes sugeridos, Petrônia e Buenolândia merecem destaque pela clara referência aos dois tipos de bandeirantes que marcaram a história da região: o tradicional, Bartolomeu Bueno da Silva, e o moderno, Pedro Ludovico Teixeira. Buenolândia carregava a marca de um tempo que deveria ser esquecido, enquanto Petrônia poderia gravar na carreira política do governador a pecha de personalista. Fugindo a tal risco, o governador preferiu adotar o nome Goiânia.⁴

³ A expressão “filha mais moça do Estado” é do primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges em discurso proferido na inauguração da capital e publicado no jornal de Goiânia, de 30 de março de 1937. In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*, Goiânia, Ed. Cultura Goiana, 1973, p.155. Já o periódico *Goiânia*, de 11 de junho de 1936, afirmava em seu primeiro número: “Sobretudo, o que mais encanta a nova cidade é a falta de história. Não há aqui grandes tradições de famílias. Ninguém se julga dono do governo, da cidade. Todos colaboram no sentido de que ela, de futuro, não tenha os defeitos de outras muitas. Todos velam pela sua história futura e ninguém quer ser o primeiro a imprimir-lhe uma página triste ou vergonhosa.”

⁴ Atribui-se a paternidade do nome da capital ao professor Alfredo de Castro, vencedor do concurso realizado pelo jornal *O social*. Entretanto, já circulava na região, desde o final do século

Em Goiás, palmilhando a fronteira entre o público e o privado, o poder regional passou às mãos de um novo grupo oligárquico, sob o comando do médico Pedro Ludovico Teixeira que saiu da prisão para o poder com a chegada da coluna mineira à Goiás. Afirma-se, então, que a revolução foi importada como desdobramento da ação dos revolucionários mineiros. Não há motivo para tal ilação, pois em Goiás também se desenvolveram conflitos oligárquicos que, de um modo geral, marcaram o golpe político que depôs o presidente Washington Luís. Portanto, a revolução de 1930 em Goiás tem seu lugar e sua lógica fincada em solo próprio, mas as raízes desse movimento se espraiaram em outras direções.

A cidade de Goiás, antiga capital, exercia sua função de centro político, acompanhando o lento ritmo de crescimento do Estado. Somente em 1918, a cidade passou a contar com luz elétrica. Entre as décadas de 1930 e 1940, a população vilaboense variou entre cinco a oito mil habitantes. A centralidade da cidade de Goiás decorria mais de seu capital político do que do desempenho de suas funções econômicas. Goiânia, em 1942, poucos anos após a transferência efetiva da capital, já contava com doze mil habitantes (TEIXEIRA, 1973, p. 183) e projetava uma população de quarenta mil habitantes para um futuro não muito distante. A resistência à mudança da capital foi domada com as negociações que incluíram na Constituição Estadual de 1934 o decreto mudancista, garantindo os instrumentos legais para a transferência da capital, com a promessa de proteção à antiga sede do governo. Todavia, já em 1936, um pouco antes da consolidação do regime autoritário no país, o governo recém-eleito impôs a força como estratégia para apressar os passos da mudança, abandonando de vez o processo de negociação iniciado na Constituinte estadual (MENDONÇA, 2013). Aos poucos, as promessas de proteção à antiga capital caíram no esquecimento. O Liceu, instituição com enorme projeção política na cidade, foi transferido para Goiânia descumprindo, assim, o acordo com os representantes da velha urbe. Ao mesmo tempo, com o objetivo de minar a principal base opositora, a antiga capital ganhou *status* de estância hidromineral e, conseqüentemente, perdeu sua autonomia política. Os moradores pressentiram o abandono da cidade. Entregue a sua própria sorte, a capital foi renomeada e passou a ser chamada, informalmente, de Goiás velho (ARRAIS, 2013).

Discutir as razões da mudança da capital exige escolhas. O exercício comparativo entre as duas capitais dispensa o empenho em acompanhar a longa trajetória da ideia mudancista esboçada, timidamente, no século XIX, tampouco nos deteremos no velho argumento que demoniza o clima e a

XIX, o poema épico *Goyania*, de autoria do juiz Manuel Lopes de Carvalho Ramos, que publicou seu poema com o patrocínio do Estado, em 1896. PAULA, Luciano Melo de. *Goyania, a épica romântica da conquista de Goiás*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras, 2007.

topografia da velha capital. É certo que já havia meios para se reparar os problemas estruturais da cidade, mas faltava vontade política. Se a revolução em Goiás foi o resultado de lutas oligárquicas, a mudança da capital seguiu o mesmo traçado. Na pequena cidade de Goiás, marcada por um decênio de domínio caiadista, não havia mais espaço, em suas estreitas vielas, para o convívio entre os homens do passado e do presente. A princípio, esperava-se que os Caiados se afastassem da capital. Freitas (2009) documentou o esforço da oligarquia derrotada para se defender das acusações lançadas pelos opositores. Finda a fase dos processos e das prisões, a família Caiado, certamente, retornaria às ruas da cidade defendendo, com a costureira valentia, sua honra, seu capital simbólico. Na impossibilidade de banir a família da cidade-capital, restava a opção contrária, banir a capital da cidade. Em 1932, iniciam-se os estudos para a mudança da capital para a região da Campininha – o local previamente escolhido aguardava a confirmação do engenheiro Armando de Godoy.⁵

A memória construída, no início dos anos de 1930, enfatiza a imagem de Goiânia como um espaço aberto para uma nova experiência política. Exigia-se, assim, uma nova leitura do passado, seguindo a velha fórmula: o tempo cindido entre um antes e um depois. Antes o atraso, a violência, o domínio pessoal da família Caiado. Depois, com a nova capital, o progresso, a modernidade. O depois nada tem a ver com o antes, pois a região quis se libertar das sombras da Serra Dourada, das marcas do tempo do ouro e de seu esgotamento.

Fato é que a construção da moderna capital sugeria a formação uma nova identidade para a região: iniciava-se assim o questionamento da memória da decadência. O brilho de Goiânia contrastava com a consciência histórica da mágoa e da esperança, perceptível nos escritos de cronistas, viajantes e nos relatórios dos Presidentes de Província; essa diversidade de registros marcou a memória da região (SANDES; ARRAIS, 2013). Nas primeiras décadas do século XX, a imaginação regional, prisioneira de um passado que insistia em não passar, apelava, mais uma vez, para o futuro em nome da potencialidade infinda dos recursos da terra goiana. A paisagem era percebida por uma janela interior a espreitar um futuro promissor, mas que tarda. Na ausência de novos fluxos econômicos, restava o laço políti-

⁵ O interventor apontava para Campinas como a região de sua preferência, mas aguardava a confirmação desse sítio após os estudos realizados por uma comissão formada por técnicos e políticos. A disputa pela capital envolveu inúmeras cidades goianas, entre as quais sobressai a cidade de Bomfim que chegou a ser ventilada como lugar ideal para a construção da nova capital, mas a vontade do interventor Pedro Ludovico acabou prevalecendo, demonstrando uma escolha prévia, anterior aos estudos da Comissão. ARRAIS, Cristiano Alencar. Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2008. MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A invenção de Goiânia*: o outro lado da mudança. Goiânia: Vieira, 2013.

co como estratégia para incluir a região nos acontecimentos definidores da política nacional. No final da década de 1920, a elite goiana ansiou pela presença do presidente da República, Washington Luís, na “terra anhangueirina”. O reforço do elo político entre a região e o centro seria o elemento decisivo para o desenvolvimento regional. No entanto, o paulista de Macaé cancelou a viagem. Em 1940, Pedro Ludovico se apressou em preparar o palco para um visitante ilustre. Pela primeira vez um presidente da República pisaria em solo goiano para divulgar um grande empreendimento. O evento que marcou a história da região. O imperialismo brasileiro, na perspectiva de Getúlio Vargas, se voltaria para ocupar os “espaços vazios” do nosso vasto território.⁶ Em 1942, com o Batismo Cultural, Goiânia foi solenemente apresentada à nação em um evento que agregou congressos, missas e muitas autoridades. Por certo, a aproximação com o regime estadonovista vislumbrou o esperado momento da redenção econômica, da inserção de Goiás nas instâncias decisórias nacionais.

A expectativa de mudanças impulsionou a reconstrução do tempo histórico: em consonância com o discurso revolucionário, a representação historiadora deveria delinear um regime temporal que enfatizasse a categoria da ruptura. À troca de mando político sucedeu a de regime de historicidade. Nesse sentido, *Como nasceu Goiânia*, de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, originalmente publicado em 1938, tornou-se matriz para a historiografia que se seguiu. Ao tomar a construção de Goiânia como objeto de interesse, a autora constrói uma cadeia causal entre passado e presente, afirmando não só que as expectativas dos homens do passado estavam se concretizando no presente, mas também que existia uma conexão interna, uma ligação necessária entre os dois momentos. A escolha da documentação, cuja pretensão era reforçar a causalidade e a conexão, aludiu, de um lado, a um passado remoto, representado pela decadência e pelo atraso, e, de outro, a uma experiência política, cujo novo era positivado em sua qualidade única de novidade, sinônimo irrestrito de um empreendimento rumo ao progresso. Abriu-se, então, uma fissura que cristalizou dois tempos, determinando a leitura que daí por diante seria fixada na memória da região. Jörn Rüsen (2007, p. 35) afirma que “a qualidade retórica de um texto historiográfico está [...] em sua estrutura de interpelação, na maneira e na forma que motiva o destinatário a conceber intenções que se desdobram em sua disposição pra o agir (com relação a si ou a outros)”. Este padrão in-

⁶ Vargas, em seu diário, menciona a visita à Goiânia. Sua escrita é quase burocrática. O Presidente se refere a festas, recepções, passeios, observações e estudos na capital que mal completara cinco anos de fundação. Os eventos não mereceram comentário algum, mas o presidente ressaltou o número de horas de voo entre o Rio de Janeiro e Goiânia: três horas e quarenta minutos de viagem direta. O interesse do Presidente Vargas se voltou para o encontro com os índios Carajás, nas margens do Araguaia. VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995. V. II, p.330.

terpretativo, evidentemente, associava-se aos projetos de mando pessoal do interventor federal, sendo seguido pelo grupo de intelectuais reunidos em torno da revista *Oeste*. A aclamação a Pedro Ludovico, o construtor, e a sua obra, Goiânia, era o grande mote da publicação. Também em 1942, é lançada outra obra historiográfica que trata da nova capital, *Goiânia, metrópole do Oeste*, de Castro Costa. Nela, é visível a recuperação do argumento genético, que transformava o atraso e a decadência, de tempos imemoriais, em razões para a mudança da capital. Quanto à Goiânia, sua construção e ocupação expressavam ações de um tempo dominado pelo presente, sendo a cidade transformada em um ícone. O passado foi vetado. O presente exigia pressa. A rápida edificação de uma cidade, afoitamente abraçada pelos Coimbra-Bueno, foi sucedida pela desconstrução de outra. Nesse trânsito se definem sinais: a antiga capital, velha senhora de boa estirpe, acabou condenada ao passado, na medida em que o novo tempo se deslocava para Goiânia.

Na cidade de Goiás, a promissora imagem do bandeirante se contrapõe ao parco legado do ouro. Em 1918, uma cruz, supostamente pertencente à bandeira do Anhanguera, se transformou em relíquia, ocupando um lugar de destaque, à beira do Rio Vermelho, no momento em que se comemorava o primeiro centenário da cidade. A cruz, originalmente encontrada em Catalão, foi objeto de disputa entre goianos e paulistas. Altino Cruz e Washington Luís tentaram, inutilmente, levar a relíquia para a terra paulista. A relíquia ficou em Goiás como homenagem ao “descobridor da terra goiana” (PINHEIRO, 2003).

O Anhanguera permanece como referência de um passado que se conserva e se converte em mito de fundação. A cruz, encontrada em Catalão, trazia incrustada na madeira uma data referente ao século XVIII, entretanto não se podia reconhecer o último algarismo inscrito, motivo para viva polêmica: pertencera, de fato, à bandeira do Anhanguera? A relíquia se transformou em monumento, ou seja, o resultado do esforço da sociedade em impor uma determinada imagem de si para o futuro (LE GOFF, 1996). Possui, portanto, um potencial evocativo atuando como ícone que reclassifica o seu lugar, desloca seu sentido primário e o faz participar, ao mesmo tempo, do presente e do passado por meio da mudança de lugar. Objeto de culto, a cruz do Anhanguera sinalizava o compromisso dos intelectuais goianos com a imagem da região. O passado incrustado na madeira carregava o símbolo de um tempo épico que, de algum modo se vinculava ao presente. Vínculo externo, símbolo de um lugar desconhecido, cujo acesso dependia dos recursos da imaginação coletiva ao acionar a dimensão afetiva entre o espaço da rememoração e da comemoração. (NORA, 1981).

A publicação da revista *Informação Goyana*, em 1917, se destinava a propagandar as riquezas do Estado, ao passo que Americano do Brasil empreendia esforços para ordenar os fatos e os vultos consagrados do passado

goiano. Na ocasião do centenário da cidade, em 1918, Americano do Brasil (1980) escreveu um artigo publicado no *Correio Oficial*, discutindo a história da cidade, sua origem, seus males e suas riquezas, constatando, ainda, os progressos materiais, morais e intelectuais operados ao longo de cem anos. Em 1932, publicou sua *Súmula da História de Goiás*, escrita para inaugurar a cadeira de História de Goiás no curso normal da antiga capital do Estado. No prefácio à obra, Americano do Brasil define o seu compromisso com a história local:

Desfazem-se alguns fetiches do pórtico da história goiana, mas são substituídos pela realidade dos fatos; altero o significado da bandeira de Anhanguera, mas faço justiça às incursões paulistas que estavam sepultadas no esquecimento; defino o lugar dos bandeirantes e corrijo a injustiça dos séculos; modifico pormenores, mas não desmereço a história. (BRASIL, 1980, p. 02)

O compromisso inequívoco com a pesquisa documental é a marca dessa nova geração de intelectuais que se debruça sobre a história local, entretanto, ao historiador modelar dessa época, cabia a missão de honrar os feitos das gerações passadas. Enfim, o progresso de Goiás, ainda que modesto, antevia a aparição de seus primeiros historiadores. Não é casual que, no mesmo ano, Colemar Natal tenha publicado a sua *História de Goiás*, seguindo, tal qual Americano do Brasil, a direção de uma história pragmática, conforme se depreende da leitura do prefácio:

Todos os nossos irmãos, na Federação Brasileira, têm sua história. Conhecem o seu passado em cujas fontes buscam o alento da inspiração para glórias novas [...] Porque nós, goianos, não teríamos também nossa história? Porque só nós prescindiríamos dessa fonte sagrada de cultura e de virtude? Invejar dos outros a sorte? Para que? – Se temos com que causar inveja? (NATAL, 2002, p.26)

O historiador goiano, sócio emérito do IHGG, pressentia o déficit presente na consciência histórica, incapaz de encontrar nas narrativas sobre o passado o exercício de introspecção, o “olhar interior,” ordenador da identidade regional. Enfim, a escrita da história avançava no curso de um compromisso com a memória histórica. Tratava-se, portanto, de valorizar as tradições locais como fonte de glórias e virtudes, no momento em que o projeto de mudança da capital ameaçava a tranquila rotina dos moradores da cidade de Goiás.

Em 1942, na confluência da Avenida Goiás com a Avenida Anhanguera, ergueu-se um monumento ao bandeirante, presente dos estudantes de Direito de São Paulo para a nova capital. Sua presença sinalizava um tempo externo e uma memória histórica, cujo dúbio legado ainda pesava sobre os ombros dos goianos. A ambiguidade advinha da imagem do mito

fundador: heroico no momento do desbravamento, empobrecido ao gerir a vila que fundara. A herança do Anhanguera, assim, cumpre uma dupla função: por um lado, confere identidade à região e, por outro, representa a violência da conquista. A figura épica do bandeirante sinalizava a representação (presença e ausência) de um passado em parte glorioso, cuja herança pertencia mais aos paulistas do que aos próprios goianos.⁷

A historiografia: entre a memória e a história

Questionar a memória do Anhanguera é parte de uma nova atitude que pretende afirmar uma identidade moderna para Goiás. Pode-se aventar como marco de inflexão dessa rota a defesa, em 1972, da tese de livre-docência do Padre Luis Palacin Gomes, *Estrutura e conjuntura em uma capitania de minas*. Como o próprio título sugere, Palacin visava aproximar-se da *École des Annales*, ultrapassando a fronteira de uma história prisioneira da memória, entretanto a perspectiva metodológica anunciada no título acabou enquadrada pela apreensão de uma temporalidade marcada pela tradição decadentista. No fim de seu livro, Palacin indica a presença de um pessimismo generalizado como marca da região, expressão de uma atitude coletiva, ou, talvez, de um tempo estrutural, a *longue durée* (CHAVES, 2002). A compreensão da década de 1930 como “o marco” de renovação radical da sociedade goiana não implicava desconhecer, segundo Palacin, a presença de “vestígios vivos – muitos, desgraçadamente – do tipo de existência e atitude ante a vida, que poderia ser caracterizada como tristeza, transmitido de geração em geração desde a decadência da mineração” (PALACIN, 1982, p.200). Tal carência de reorientação da realidade pretérita não poderia mais ser contida no interior de uma representação que, mesmo redentora do passado recente, legava ao presente uma herança pouco orgulhosa. As representações decadentistas constituíram, assim, lugares de memória, orientadores da interpretação de memorialistas e de historiadores. Nesses lugares não se postula a presença da memória vivida, mas sim a exterioridade da representação, seu caráter residual. Assim, não se estabelece o culto ao passado, espectro da decadência. Ao contrário, seu suporte reside em uma inscrição interna que, simultaneamente, resiste e aguarda a chegada do moderno. Os movimentos de preservação documental atenderam a este programa.

Se, como escreve Ricoeur (2007), a história é a memória arquivada, ou sua herdeira erudita, é preciso que nos perguntemos: que memória é essa tomada como herança? Que arquivo mediou seu trato com o passado? O

⁷ Em 1947, Casimiro Lima escreveu o poema *Bandeira macabra*, exortando os goianos a lutar contra o monumento: “Arranquem o Bandeirante! Levem-no para o matadouro! E como produto de sua carne de bronze barato matem a fome dos mendigos que pululam na Avenida Anhanguera.” TELES, Giberto Mendonça. *A poesia em Goiás*. Goiânia: UFG, 198.

arquivo domina o que se pode dizer sobre o passado: encontra-se impregnado em uma formação discursiva associada à memória da decadência, do vazio, do distante, de um fausto que deixou poucos vestígios e que, se existiu, ainda espera por ser devidamente reconstituído. Não é sem propósito que, em 1982, iniciou-se a publicação de uma coleção de documentos sobre a história de Goiás, intitulada *Memórias Goianas*. Notemos que seu interesse original se dirigiu justamente para os relatórios dos presidentes da antiga província: a história retorna ao padrão interpretativo derivado da memória histórica que marcou a visão dos primeiros cronistas do século XIX.

O questionamento da matriz decadentista é relativamente recente e guarda um compromisso com a formulação de uma nova identidade para Goiás. Assim, enquanto Palacin afirmava a indistinção entre os tempos do ouro, pois sua riqueza fugidia escapava ao controle da região, Nasr Chaul (1997) sugere o contrário: se na região não há prosperidade, tampouco há decadência. Por meio da crítica ao olhar dos viajantes e cronistas do século XIX que carregam uma visão pessimista sobre a região, o autor chega à conclusão de que é preciso inverter o olhar que moldou a história de Goiás. Essa inversão deveria abandonar o “desejo de ver” um progresso, uma modernidade e esplendor, orientados por uma visão eurocêntrica. Nesse sentido, é irônico notarmos que os desenhos de Burchell – por apresentarem paisagens urbanas sem os sinais da decadência – são apresentados pelo autor como testemunhos confiáveis, enquanto que os relatos de Saint-Hilaire, Pohl, Cunha Mattos ou Silva e Souza, avaliados como depreciativos, são analisados com desconfiança. Exposto o dilema, a solução encontrada visa descobrir o homem goiano, partindo da análise das “latitudes interiores” dos indivíduos que habitavam este espaço. O melhor caminho para tal empresa seria, então, a interpretação da história de Goiás por meio do conceito de “abastança”, o que revelaria, por fim, os valores atávicos que definiriam a sociedade goiana, excluindo de sua trajetória o estigma da decadência e positivando suas raízes rurais.⁸

A redefinição da temporalidade da região, em 1930, representaria o fim de um lento processo pouco percebido pelos cronistas e pela historiografia. Por um lado a imagem do processo revolucionário adentrou o espaço privado: a derrota política de uma família tradicional se estendia a uma cidade, Goiás. Não é fortuito que parte da historiografia regional reconheça na história das famílias o nexó fundador de sentido para a região. O desdobramento dessa historiografia conduz a uma disputa de memória entre as famílias tradicionais, que se digladiam em torno da interpretação do pas-

⁸ “Plantava-se o que se ia comer, beber e vestir. Se algo sobrasse era para gastar em festas e coisas suntuárias. (...) Nada era urgente ou inadiável a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inumeráveis festas do campo ou do arraial – a sociabilidade do tempo –, para pescarias e caçadas, enfim, numa palavra, para o exercício dos prazeres de uma vida simples”. BERTRAN, Paulo. Prefácio. In: CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás*, 1997, p. 14.

sado, certas do peso dessa memória no presente. Percebemos que a pesquisa histórica não se desprende da memória e de seus lugares mais comuns. Por outro lado, a imagem da revolução está colada ao tempo presente, Goiânia.

Trabalhos mais recentes apontam que as mudanças sócio-políticas ocorridas em Goiás devem ser examinadas de modo mais amplo, indicando o limite do sentido moderno da nova capital que pouco impressionou os que visitaram Goiânia nos anos de 1930 e 1940, como já demonstrava o versinho malicioso de Monteiro Lobato⁹. Nesse sentido, muito embora associada às principais marcas do planejamento urbano moderno, a elaboração e a construção da cidade apresentaram fissuras, condicionamentos, adequações e arranjos típicos de um espaço repleto de tensões sociais. O espaço público se estruturava na fronteira com o domínio privado, possibilitando observar, para além do discurso racional, a efetivação de práticas políticas pouco diferentes daquelas anteriores ao movimento revolucionário. As múltiplas temporalidades, escondidas sob o discurso modernizador, revelavam práticas sociais, usos e costumes que negavam a imagem de cidade-capital, ora revelando seu caráter provinciano, ora reorientando seu projeto modernizador original (OLIVEIRA, 1999; GONÇALVES, 2002).

A espacialização da memória funda paisagem incerta: sem o exercício da administração, a cidade de Goiás perdeu seu lugar de centro e descentrada permaneceu, por longo tempo, a lamentar a perda de seu antigo domínio. A cidade ensimesmada descobriu em si o tesouro: o passado, o monumento. A velha senhora cuidou de suas rugas para conquistar nova posição, a de patrimônio histórico da humanidade. Choay (2001, p. 18) observa que os monumentos possuem um caráter propedêutico em relação à sociedade porque, por meio da observação dos princípios que moveram os homens do passado, idealizados em determinados símbolos, os homens do presente são emocionalmente tocados e mobilizados. O monumento pode, portanto, se transformar em vetor de orientação social porque funciona como negociador entre o passado e o presente:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. [...] O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

⁹ “Goiânia, cidade linda que encanta e seduz: de dia não tem água, de noite falta luz”. ASMAR, José. Câmara Filho, o revoltoso que promoveu Goiânia, Goiânia: O Popular, 1989, p. 103.

A monumentalização da cidade tornou-se, assim, política de Estado e o passado foi redefinido como lugar de memória a ser reverenciado. A velha senhora de boa estirpe vive a exhibir os seus dotes, ciosa de que o brilho de suas rugas atraia significativo fluxo de turistas. A identidade moderna do Estado desconfia da memória da decadência, esmera-se em relativizar o olhar do viajante, afirmando positivamente sua identidade em ações de valorização do patrimônio histórico na cidade-patrimônio, Goiás, e na capital, Goiânia. A cidade-museu foi reverenciada pela cidade moderna que, por sua vez, cuidou de inventariar o seu próprio patrimônio, entre as décadas de 1960 a 1980.¹⁰

Na década de 1980, duas casas ganharam notabilidade na cultura goiana. Ao mesmo tempo em que a casa de Cora Coralina se transformava em museu, outra casa seguia o mesmo curso, a de Pedro Ludovico¹¹. A consagração da vida da moradora que se tornou famosa, entre as décadas de 1970 e 1980, antecede o processo de patrimonialização de sua casa. A pessoa e a poesia de Cora Coralina se confundem na reordenação simbólica da cidade que fez do passado um tesouro¹². O mesmo se pode afirmar sobre Pedro Ludovico Teixeira, mas em sentido diverso: sua consagração se deu no terreno da política; a nova capital mirava o futuro, eternizando o nome de seu idealizador.

¹⁰ Os primeiros tombamentos na cidade de Goiás ocorrem na década de 1950. Na esteira dos tombamentos realizados nas cidades históricas mineiras, a cidade de Goiás foi incluída no processo de patrimonialização dos edifícios históricos coloniais. Em Goiânia, há um claro contraste entre as experiências urbanas modernizadoras brasileiras, marcadas pela presença de edificações monumentais ao lado da simplicidade da arquitetura goiana. Tratou-se, portanto, da consagração, na forma de patrimônio, de um estilo, metáfora fundamental do plano urbano da cidade, a *art déco*. A expansão urbana desmedida motivou olhar diverso sobre a cidade. Reverenciar o passado, ainda recente da capital, implicava reencontrar a cidade pacata e ordeira de outros tempos. Nessa dimensão, o “provincianismo” da cidade, que antes posava de moderna, passou a ser valorizado. Márcia Metran de Mello analisa esse sentimento nostálgico com base nas crônicas publicadas no Jornal *O popular*, em 2003. MELLO, Márcia Mertran. *Goiânia: cidade das pedras e das palavras*. Goiânia: Ed. UFG, 2006.

¹¹ Em 1979, a casa de Pedro Ludovico foi comprada pelo governo do Estado de Goiás, que pretendia transformá-la em museu. Somente em 1986, o museu Pedro Ludovico foi inaugurado. (BARRETO, Roseli de Fátima Brito Neto. Estratégias da memória. A criação do museu Pedro Ludovico. In: SANDES, Noé Freire (org.). *Memória e Região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

¹² A reinvenção da cidade, e de seu passado, decorreu da ação sistemática da Organização Vila-boense de Arte e Tradição (OVAT) que, desde a década de 1970, interfere sistematicamente no processo de reordenação dos bens simbólicos da cidade. Após a morte da escritora, em 1985, se iniciou a campanha para que sua casa fosse adquirida pela prefeitura e transformada em museu biográfico. A gestão do museu ficou sob a responsabilidade de uma nova entidade, Casa de Cora Coralina. Andrea Delgado Ferreira salienta que a criação da mulher monumento, de algum modo, foi obra da própria escritora: a sua poesia, inscrita no espaço memória, ordenou uma representação de si que se transformou em suporte para a identidade local. FERREIRA, Andrea Delgado. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Tese de Doutorado. Unicamp, IFCH, 2003.

Não se pode conhecer Goiás sem adentrar na casa-museu de Cora Coralina. Nesse ambiente tornado sacro, o passado perde sua substância passada e se atualiza no desejo de informar o turista sobre o sentido do outro tempo, marcado por acontecimentos fundadores, representação da presença e ausência de história. A recorrência a recursos midiáticos torna audível a “viva voz” da antiga moradora que ressoa na antessala do museu. Destacam-se, no conjunto, o quintal, parte fundamental das casas goianas, e o porão, onde se pode encontrar uma bica que fornecia água para os afazeres domésticos.¹³

Em Goiânia, outra morada merece destaque. A casa-museu Pedro Ludovico Teixeira, situada na antiga Rua 26, rebatizada como Avenida Dona Gercina Borges, esposa do antigo governador. Lá se encontra a memória de Ludovico, “encarnada” em móveis, quadros, correspondências e documentos oficiais. A casa se destaca pelos traços modernos do estilo *art déco* e pela inclusão de todos os recursos técnicos da engenharia à época: o uso da argamassa de cimento, esquadrias de ferro, tacos de ipê, instalação elétrica embutida na parede, com direito a interruptores. Enfim, a casa modelo se distingue das moradas dos goianos que construíram a cidade-modelo, com fios à mostra e lâmpadas acionadas diretamente no bocal (BARRETO, 2002).

A comparação das duas casas explicita o confronto entre diferentes expectativas de sociabilidades que se defrontaram no processo de construção da nova capital. Entre a casa de Cora Coralina e a de Pedro Ludovico, outras tantas casas foram construídas na periferia da cidade, ou em Campinas, lugar que se transformou em uma cidade-dormitório e, depois, em um bairro popular. A relação entre as duas cidades é difusa. As mágoas decorrentes do processo de mudança da capital parecem dirimidas com o encurtamento do tempo e da distância entre as duas cidades. Antes, essas mesmas mágoas impediram que Consuelo Caiado, primogênita de Antônio Ramos Caiado, colocasse seus pés na nova capital. Conheceu Goiânia a contragosto: doente foi obrigada a percorrer os 135 km que separam as duas cidades em busca de cuidados médicos (FREITAS, 2009). Já, nos anos 1960, no governo de Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, se inicia a prática da transferência de governo para a antiga capital: por alguns dias, a cidade de Goiás passa a ser a sede do governo do Estado. Na festa, que invade a cidade nesses dias, não faltam discursos lembrando as raízes da tradição goiana com a fatídica alusão à cidade como berço da cultura regional. Faz parte da tradição a entrega de medalhas (Comenda da Ordem Anhanguera) às auto-

¹³Na casa-museu, o acesso ao quintal e ao porão é vedado ao visitante que é instado a apreciar a bica d’água. Consta que a casa foi construída em 1782. Foi tombada em 1978 e transformada em museu em 1985. DELGADO, Andréa Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Tese (Doutorado em História). Campinas, Unicamp, IFCH, 2003.

ridades goianas. Finda a festa, os carros oficiais e os novos comendadores retornam à Goiânia.

Nessa rota, apreciamos a moldura de um tempo que não passa. Não é casual que as clivagens políticas entre a família Caiado e os revolucionários – Pedro Ludovico, em especial – ocupam espaço privilegiado na memória da região. Nessa história-memória, a revolução de 1930 redefiniu a temporalidade da história nacional e regional. A velha capital, bem como a temporalidade dos homens da Primeira República, cobriu-se com o manto da invisibilidade. Não, os homens não se tornaram invisíveis. O que se via e se registrava acerca do passado ganhou um tom sombrio. O passado não mais fazia sentido, tampouco a memória da velha capital. Goiás era Goiânia.

O jogo de imagens entre as duas capitais redefiniu a memória regional, no entanto foi incapaz de assegurar o sentido dualista da representação regional, mesmo porque, ao fim e ao cabo, as duas cidades encontraram um caminho do meio, uma perspectiva de complementaridade que, afinal, já se insinuava, simbolicamente, no próprio plano da nova capital: a avenida principal, Goiás, foi uma homenagem à antiga capital, bem como a evocação ao bandeirante e ao seu papel civilizador, explícito nos vitrais do palácio de governo e na própria bandeira da cidade e, por fim, a justificativa para o próprio nome da cidade, dentre outros, são emblemas dessa perspectiva de complementaridade:

A solução de continuidade histórica que adviria da imposição de um apelido, talvez interessante e valioso, sob vários aspectos, é mais importante cidade do Estado, não deixaria de arranhar, sequer de leve, o entranhado amor que devotamos ao culto sagrado das nossas tradições.

GOIÂNIA – Nova Goiaz, prolongamento da histórica Vila Boa, monumento grandioso que simbolizará a glória da origem de todos os goianos. (MONTEIRO, 1938, p. 262).

Nomear uma rua, com nomes de vultos e datas do passado, é prática corriqueira para fixar no presente a sombra de um tempo longínquo, que se encerra no passado, mesmo que seus vestígios possam ser encontrados no presente. Assim, as identidades da região foram (e são) reconstruídas com base nas imagens do “ser goiano”, brindado, constantemente, com forte marca rural. A reverência ao passado bandeirante da velha capital se associa à pretensa modernidade de Goiânia, consenso simbólico que enseja uma nova etapa da identidade regional. A memória da cidade de Goiás afasta-se das representações decadentistas, superando a sensação coletiva de abandono experimentada em 1937. O título de patrimônio mundial devolveu aos vilaboenses o orgulho de ser do passado, de um passado que salvou o presente e o futuro da cidade. Goiânia, por sua vez, reafirma sua modernidade, sem abandonar o traço rural. Para o historiador interessado na reflexão em

torno da consciência histórica, a negociação operada em torno da memória regional envolve um risco, o culto a uma memória instrumental, manipulada (RICOEUR, 2007). A formulação de uma identidade fechada, sem abertura para a diferença, representaria um retrocesso, uma temeridade, para uma cidade que pretendia abrir suas fronteiras e se integrar ao espaço nacional.

A cultura histórica, como artefato, agrega as distintas representações da região e a ela confere sentido. Nesse artesanato se apresenta o arriscado exercício de interpretar a passagem do tempo: tal qual em uma colcha de retalhos, os recortes devem permitir a necessária recomposição do desenho. A colcha muda de cor e sofre adaptações em sua textura e usos, contudo mantém intacta sua função pragmática e primordial: a de proteger o corpo da frieza do tempo. Mas há o risco de que o artefato possa ser instrumentalizado de tal modo que sua função pareça inútil. O artesão descuidado abandona a conexão entre o recorte e o passado e no tecido inscreve sua própria história. Revela-se, assim, o que Michel de Certeau (2002) chamou de “escrita do conquistador”.

A escrita da história é o resultado de emendas, recortes, cerzidos e arremates. Tecidos de lugares diversos, deslocados no tempo e no espaço, ganham nova forma e função. Nesse ambiente, tudo conspira para confirmação do elo que define a comunidade, a convicção de que não estamos sós. A força simbólica desse sentimento confere, por analogia, sentido ao viver-juntos na partilha de uma memória coletiva (RICOEUR, 2007). E assim o historiador, tal qual o artesão, recomeça sua tarefa sem fim, costura e descostura a linha do tempo. A memória é lugar de acolhimento e de abrigo, é a casa que a gente inventa para morar. A história é visita espaçosa que muito pergunta, de tudo duvida e está sempre disposta a propor rearranjos e novas disposições para a nossa morada. Com vagar, dialogamos com essa visita intrusa, mas necessária. E assim seguimos a contemplar uma casa que sempre muda, sem deixar de ser a mesma. Muda para acolher o outro, contudo não esquece o que foi outrora. E assim a casa vai sendo reconstruída e revisitada, sem que se possa aventar a sua demolição, pois finalmente a memória será sempre nossa primeira e última morada.

Referências

ARRAIS, Cristiano Alencar. **Mobilidade Discursiva**: o periodismo político em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ARRAIS, Cristiano Alencar. **Projeções urbanas**: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ASMAR, José. **Câmara Filho, o revoltoso que promoveu Goiás**. Goiânia: O Popular, 1989.

BRASIL, Americano do. **Súmula da História de Goiás**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

BARRETO, Roseli de Fátima Brito Neto Barreto. Estratégias da memória. A criação do museu Pedro Ludovico. In: SANDES, Noé Freire (org.). **Memória e Região**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.

CHAVES, Rogério Silva. **O jesuíta e o historiador**: a produção historiográfica de Luis Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jorn Rusen. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia, UFG, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção de Goiânia aos limites da modernidade. Goiânia, UFG, 1997.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Castro. **Goiânia**: a metrópole do oeste, Goiânia: Prefeitura municipal de Goiânia, 1985.

FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira de. **Poder e paixão**: a saga dos caiados. Goiânia: Cãnone editorial, 2009.

FERREIRA, Andréa Delgado. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias**. Tese de Doutorado. Unicamp, IFCH, 2003.

GONÇALVES, Alexandre Rodrigues. **Goiânia**: uma modernidade possível. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

MELLO, Márcia Mertran. **Goiânia**: cidade das pedras e das palavras. Goiânia: Ed. UFG, 2006.

MEMÓRIAS GOIANAS, Coleção. **Relatórios dos presidentes de província**. Goiânia: UCG, 1982-2003.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A invenção de Goiânia**. O outro lado da mudança da capital. Goiânia: Vieira, 2012.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1938.

NATAL, Colemar. **História de Goiás**. Goiânia, AGEPEL, IGL, 2002.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto história**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1981, p. 07-29.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: UFG, 1999.

PALACIN, L. **Goiás 1722-1822. Estrutura e conjuntura numa Capitania das Minas**. Goiânia: Oriente, 1972.

PAULA, Luciano Melo de. **Goiânia, a épica romântica da conquista de Goiás**. Dissertação de Mestrado em Letras, UFG, 2007.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Os tempos míticos das cidades-goianas**. Mitos de origem e invenção de tradições. Goiânia: Ed. PUC, Goiás, 2010.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo, Campinas: Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SANDES, Noé Freire. **Memória, nação e região: a identidade em questão**. In: CHAUL, Nasr.

RIBEIRO, Paulo. (orgs.). **Goiás: identidade paisagem e região**. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

SANDES, Noé Freire. A invenção de Goiás. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de, *et. al.* (orgs.). **Formação de Goiás Contemporâneo: identidade histórico-geográfica e político-cultural**. Goiânia: Kelps, 2012.

SANDES, Noé Freire, ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. In: **Vária História**. vol. 29, n.º 51, setembro/dezembro de 2013.

TAMASO, Izabela. **Em nome do Patrimônio**. Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás. Tese de Doutorado em Antropologia, UnB, 2007.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. Goiânia: Ed. Cultura Goiana, 1973.

Artigo recebido em 07-12-2013, revisado em 19-05-2014 e aceito para publicação em 11-06-2014.